

PÓS GRADUAÇÃO DESCREDENCIA PROFESSORES QUALIFICADOS

O Programa de Pós em Ciências Sociais, através de sua Comissão de Avaliação, descredenciou o professor Miguel Chaia, da Faculdade de Ciências Sociais, rebaixando-o a professor colaborador, por considerar insuficiente a sua produção acadêmica. A mesma penalização coube à professora Ana Amélia da Silva e mais cinco docentes de Ciências Sociais.

Miguel Chaia, respeitado por seus colegas principalmente pela sua presença constante em palestras e mesas-redondas dentro e fora da universidade, argumentou em carta ao Programa (veja íntegra nesta página) que sua produção, exatamente no período da avaliação, refletiu-se em uma das melhores publicações de sua vida acadêmica, inclusive publicado e reconhecido pela editora Cosac Naify.

Chaia comunicou a sua decisão de sair do programa, com o qual contribuía desde o início dos anos 90. Na página 2 desta edição divulgamos também uma carta da professora Ana Amélia, bem como a solidariedade da APROPUC aos professores penalizados.

Mais uma vez fica evidenciado o temor de que o processo avaliativo, juntamente com o chamado "recredenciamento", sirvam fundamentalmente a princípios econômicos, podendo chegar ao afastamento de importantes docentes da universidade.

Carta à Coordenação do Pós em Ciências Sociais

O soco acadêmico me pegou de jeito, bem no fígado: rebaixamento a professor colaborador, eufemismo para descredenciamento. Experimentei o constrangimento de perder as credenciais num bom momento da carreira, sentir-se um convidado em sua própria casa.

Considero injusta a sentença lançada sobre as minhas atividades acadêmicas, emitida pela comissão de avaliação e pela coordenação do programa. Discordo do resultado e do processo que levou a esta sentença, mesmo que ele tenha se dado no interior de uma tendência atual nas universidades.

Além do mais acho omissa, burocrática e insensível a coordenação do programa, tão apegada ao exercício do pequeno poder que nem suspeita que dois mais dois são cinco. É preciso ter sabedoria e boa vontade para defender sim, simultaneamente, os interesses da instituição e de seus pares.

Acho injusta a sentença, pois no período da avaliação, produzi um dos melhores textos da minha trajetória - longo, denso e criativo - fruto de mais um ano de pesquisa meticulosa sobre arte e micropolítica. Ele foi publicado pela Editora Cosac Naify, que tem Prêmio Nobel em seu catálogo.

Acho injusta a condenação, porque no período em questão organizei um substancioso livro

sobre cinema e política, do qual produzi um capítulo. Seleccionei os textos, li, reli, tive dúvidas e após um bom tempo já está no prelo pela Editorial Azougue (RJ).

Acho injusta a sentença, pois nesta época toda, fui diretor da EDUC, fantástica editora universitária da PUC-SP. Nesta fábrica magnífica de pontuações para a Capes, incentivei a publicação de dezenas de livros e revistas. Professores da casa e de outras universidades receberam, pela EDUC, inúmeras pontuações.

Acho injusta a condenação, pois no período em questão participei da diretoria da Bienal Internacional de São Paulo e de seu comitê curatorial que elegeram em suas edições o tema "Arte e Política", sem remuneração, levando o nome da PUC-SP e do Neamp para além dos muros da universidade.

Acho injusta a sentença porque participo como um dos pesquisadores principais do Projeto Temático/Fapesp "Lideranças Políticas no Brasil: características e questão institucional".

Acho injusta a condenação, pois há três anos estou aperfeiçoando um longuíssimo texto sobre o Poder Político em William Shakespeare, a partir do seu aprendizado com Maquiavel. Só agora é que ele está quase pronto para ser encaminhado para eventual publicação. Para mim o processo intelectual é lento, gostosamente penoso, que exige reflexão demorada e uma íntima contemplação.

Critico a coordenação por não defender seus pares, por não dificultar a aplicação da pena, por deixar que professores sérios e históricos recebessem penas imerecidas.

A coordenação foi ineficiente ao aplicar a penalidade quando já estavam planejadas as atividades acadêmicas para o primeiro semestre de 2015.

A coordenação foi deselegante na forma como conduziu a comunicação da sentença aos professores.

Conclusão: por isso tudo inicio um processo para me desligar do PEPG em Ciências Sociais. Não tenho mais a mínima vontade de atuar junto ao programa. Ficarei apenas o tempo necessário para orientar os excelentes mestrandos, doutorandos e um pós-doutorando sob a minha responsabilidade.

Sou produtivo e escrevo muito, para o meu aprendizado e formação intelectual, para os meus interlocutores e, principalmente, para o meu prazer. Não gosto de ser medido por números rasos. Mesmo que eu já tenha construído um significativo espaço para contribuir com o desenvolvimento do programa, desde o início dos anos 90, agora não quero mais trabalhar nele. Simples assim, com certa leveza: bye, bye pós-graduação.

Miguel Chaia, professor da Faculdade de Ciências Sociais

Docentes e departamentos se solidarizam aos professores penalizados

Logo após tomarem conhecimento da nova penalização, vários professores e entidades manifestaram-se sobre a condenação dos docentes. A APRO-PUC repudiou a ação em nota que reproduzimos abaixo.

A professora Ana Amélia da Silva, também penalizada com o descredenciamento de processo avaliativo, publica nesta página a sua opinião sobre o ato da Pós Graduação.

Também enviaram a sua solidariedade os seguintes professores e núcleos:

Áquias Mendes, Raquel Rachelis Degenszajn, Lucio Flavio Rodrigues de Almeida, Bia Abramides Hamilton Octavio de Souza, João Batista Teixeira da Silva, Curso de Serviço Social, Victor Sampedro Blanco, Jorge Claudio Ribeiro, Rubens Saway, alunos/as e colaboradores/as do Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista - NEAM, Rose Segurado, Maria Lucia Silva Barroco, Mestrando@s e Doutorand@s do NEPEDH, Rafael Araújo, Mariangela e Luiz Eduardo Wanderley, ex-alunos do PEPG em Ciências Sociais da PUC-SP e da Graduação do Curso de Ciências Sociais, Regina Gadelha, Victoria Wieschtordt e Leonardo Massud.

Carta de Solidariedade e Esclarecimento

Caro Miguel,

Não posso deixar de me solidarizar com você através de uma tripla dimensão, pois também fui descredenciado, e embora não tenha suas altas qualificações docentes e intelectuais, gostaria de compartilhá-las com os colegas do PEPG CSO, do Neamp (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política), e meus orientandos (sete doutorandos e um mestrando).

Inicialmente, minha solidariedade vai para tua forma de companheirismo intelectual e reconhecimento de seus pares. Esta notável generosidade intelectual incidiu em minha trajetória acadêmica quando pude partilhar o respeito e carinho com que acolheu minhas iniciativas. Não vou enumerar todas as participações conjuntas porque (mal ou bem registradas) aparecem no Lattes.

Em segundo lugar, no início dos anos 2000, foi com grande satisfação que acolhi o seu convite e de Vera M. Chaia para participar como pesquisadora do Neamp que, para além de sua qualidade, pontua muito na avaliação "produtivista-quantitativa" da Capes. Ressalto aqui que, por sua insistência, coordenei o projeto de pesquisa Cinema e a Experiência do Conhecimento, de 2009-2010, em que éramos pesquisadores principais, integrados a mais dois colegas de outros departamentos e faculdades. Com apoio do CEPE, pudemos contar com horas-pesquisa, e formação de quatro bolsistas de IC. Isto teve vários desdobramentos na minha trajetória intelectual e na minha qualidade de produção. Na semana passada e frente a um processo de "recurso individual" a ser encaminhado ao PEPG CSO (pela reunião do colegiado em 14/10/14), e para o caso dos descredenciados, agora professores-colaboradores, corri

atrás de um capítulo de livro - resultado de um dos Congressos Internacionais em que participei em 2010. Não pude recorrer porque o livro ainda não tem ISBN.

Por outro lado, algo que você assinalou, mais ou menos assim na carta (não a tenho aberta, aqui) aos pesquisadores do Neamp: "nem sempre escrevemos no tempo da Capes, ou publicamos no veículo que tem mais rapidez ou qualificação de publicação da área". Os meus colegas do Programa, orientandos e pesquisadores do Neamp, mestrandos e doutorandos partilham do fato - que é de sobremaneira importante em termos de minha interlocução e produção intelectual - de que sou pesquisadora-colaboradora do Cenedic - FFLCH/USP desde 1997. Neste centro de estudos, de 2012 a junho de 2013 estivemos de 15 em 15 dias elaborando coletivamente um projeto de pesquisa, através de reuniões em que discutíamos nossos sub-projetos, o que exigiu estudos, pesquisas exploratórias, metodologias, leitura de inúmeros livros, e o essencial debate entre os 10 pesquisadores que dele participam, além de outras tarefas. Projeto este, aprovado pelo CNPq /MCTI (Chamada Universal) em outubro de 2013, com o período assinalado de 2014-2016 em constante debate e elaboração, e incluindo a participação de meus orientandos conforme os temas de seu interesse.

No entanto, a terceira e creio que mais importante dimensão de minha solidariedade, vai para o universo kafkaniano em que se transformou a forma como o processo de descredenciamento ocorreu, e as penalidades aos então professores-colaboradores. Concorro (e não vou repetir) todas as indignações da sua Carta de Esclarecimento. Ressalto, principalmente, a for-

ma como fomos comunicados, o fato de já termos sido convocados para enviar ementa de disciplina no Pós com horário, data e bibliografia impreterivelmente no dia 7/10, as tabelas constantes no Edital de Seleção até dia 28/10 constando vagas para novos orientandos, o planejamento dos depts, na Graduação, conforme horários enviados à disciplina do Pós, etc. Cabe ressaltar que o processo de descredenciamento e recredenciamento Capes, de publicação em periódicos Qualis A1 A2 B1 (...), etc., está disseminado por todas as universidades, incluindo estaduais e federais, o que no entanto não faz incidir suas penalidades imediatamente sobre contrato de trabalho, como é o caso.

A exclusão de parte importante de nossa vida acadêmica como penalidade - por exemplo, não ministrar disciplinas que haviam sido disponibilizadas para o planejamento já previsto do 1º semestre de 2015, encaminha-se para a terceira dimensão. Expresso que admiro muito sua coragem em fazer de um "recurso individual", típico da "modernidade científica", um processo de conhecimento coletivo e de debate amplo, resgatando uma convivência no PEPG CSO que há algum tempo desapareceu. Estarei sempre a teu lado, e trago uma reflexão de Walter Benjamin (não tenho tempo de procurar comme il faut) mas, referindo-se à figura do trapeiro (catador de lixo) de Baudelaire, em um cenário de destruição, ele assinalava que a verdadeira tarefa estava "no andar sobre as ruínas, coletando os cacos, os resíduos e pedras que sobravam para atribuí-lhes novos significados" (mais ou menos isso).

Beijos,

Ana Amélia da Silva

Nota de Repúdio ao processo de descredenciamento de professores da Pós-Graduação da PUC-SP

A Apropuc defende que toda instituição de ensino tenha sistema criterioso de avaliação permanente de seus professores como instrumento de aperfeiçoamento profissional e qualificação da produção acadêmica e docente.

Mas não pode concordar com o atual processo que foi levado a efeito pelos programas de pós-graduação, no qual os critérios não foram debatidos e aprovados coletivamente nas instâncias acadêmicas da Uni-

versidade. Ao contrário, foram adotados sem levar em consideração as reais condições de trabalho dos professores da PUC-SP, maximizados em funções burocráticas e aulas. Ao invés de adotar avaliação de sua atuação no ensino, pesquisa e extensão, a pontuação de cada professor ficou restrita à avaliação de artigos em revistas de pontuação área Qualis.

Ignorou-se, desta forma, pesquisas importantes, elaboração de livros densos e mais complexos,

bem como artigos em revistas significativas de áreas interdisciplinares e em coletâneas especializadas. Publicações que refletem de maneira mais profunda o caráter e a fama de que goza nossa Universidade. Além disso, a avaliação ignora orientações de TCCs e Iniciação Científica, necessárias à formação de alunos-pesquisadores.

Face a estas distorções, a APROPUC denuncia e repudia o atual processo de avaliação e credenciamento de professores dos

programas de pós-graduação que puniu professores reconhecidamente qualificados e representativos da PUC-SP. Conclamamos os colegas professores, estudantes e conselheiros desta Universidade a se manifestarem de maneira clara e objetiva exigindo o cancelamento imediato deste processo, sob risco da destruição do capital humano duramente formado ao longo de décadas nesta Universidade.

Diretoria da APROPUC-SP

Consun questiona política de vagas para o vestibular

Mais uma vez o principal assunto do Conselho Universitário (Consun) estava fora da pauta, que deveria se encerrar rapidamente não fosse a intervenção de conselheiros que questionaram a decisão do Consad, de 25/9, sobre as vagas no vestibular de verão.

Segundo relato dos representantes da Faficla, Marcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail, no último Consun, quando da aprovação dos novos Planos Pedagógicos de vários cursos, a reitoria informou que o denominado ponto de equilíbrio de cada curso seria uma referência que indicaria somente o número ideal de alunos para que o curso não tivesse margem negativa de lucro. Porém, o número de alunos ali elencado não seria parâmetro para a abertura de novas turmas.

No entanto, no Conselho de Administração realizado no dia seguinte (conforme informamos em edição anterior do **PUCViva**), esse argumento foi por água abaixo e os conselheiros, de forma unânime, votaram pela condição de número mínimo de alunos para abrir o curso segundo o ponto de equilíbrio. Esta decisão inviabilizaria, segundo vários diretores de faculdades, cursos que agora precisariam de mais de 20 ou 25 alunos para abrir uma turma.

LÓGICA DE SANEAMENTO

O professor Marcio manifestou a sua opinião de que esta lógica de saneamento é muito complicada,

pois tenderia a fechar uma série de cursos da universidade. Já a professora Salma estranhou que dois conselhos, presididos pela mesma pessoa (no caso a professora Anna Cintra) tomem decisões diferentes. Essa "esquizofrenia", como qualificou o padre Julio Lancelotti, foi levantada por outros conselheiros que questionaram a função de pessoas que são encaminhadas ao Consun para tomar decisões e logo em seguida vê-las derrubadas por outro conselho.

Ao final da discussão os conselheiros votaram a formação de um Grupo de Trabalho que terá como função debruçar-se sobre o problema da diminuição de

procura do vestibular dentro de uma lógica propositiva que não tenha exclusivamente o financeiro como horizonte. Esta comissão será formada por oito membros do Consun e espera-se que conte com a participação dos dois secretários executivos da Fundação São Paulo. O Consun também aprovou o encaminhamento de um pedido de revisão por parte do Consad da decisão de aumentar o número mínimo de inscrições para a abertura de determinados cursos da universidade.

OUTROS ASSUNTOS

Também durante a sessão foi aprovada definitivamente a extinção do Projeto Foco Vestibular.

O padre Julio Lancelotti, representante da sociedade civil no Consun lembrou que algumas decisões como a nota do conselho sobre a questão palestina e a criminalização das manifestações sociais, aprovadas pelo conselho, foram abortadas. Por outro lado, o conselheiro pediu que constasse em ata um repúdio às manifestações de discriminação contra nordestinos que se tornou prática constante desde o período eleitoral. Padre Lancelotti enfatizou que na universidade existe uma quantidade expressiva de nordestinos que merecem o nosso respeito.

mente a extinção do Projeto Foco Vestibular.

Consad ameniza efeito do "ponto de equilíbrio"

No dia seguinte ao Consun, 30/10, o Conselho de Administração, Consad, voltou a discutir o limite de vagas para o vestibular. Três diretores de faculdades, Marcio Alves da Fonseca, Faficla, Mariza Romero, de Ciências Sociais e Daniel Couto Gatti, de Ciências Exatas e Tecnologia, em nome do Consun, apresentaram a reivindicação de que o chamado ponto de equilíbrio não fosse aplicado aos cursos que refizeram o PPC, mas que fosse respeitada a norma estabelecida pela universidade que exige um número mínimo de inscritos entre 20 e 25.

O diretor da Faficla novamente levantou a questão da perversidade da lógica que estava sendo aplicada, que acarretará, a curto prazo, no fechamento de diversos cursos.

A professora Anna Cintra, na qualidade de presidente do Consad, tomou a palavra e apontou a intempestividade do recurso, pois segundo os estatutos do conselho o pedido dos diretores deveria ter acontecido na sessão anterior do Consad.

O Padre João Júlio também entendeu que o recurso estava fora do prazo e que, além do mais, o edital já estava publicado, o que poderia inviabilizar a mudança. No entanto a professora Margarida Limena defendeu o argumento dos diretores contra a aplicação do ponto de equilíbrio.

A palavra final ficou com o também secretário-executivo, padre Rodolpho Perazzo. Para ele, embora o recurso fosse realmente intempestivo, do ponto de vista da sensibilidade administrativa seria importante atentar-se para a si-

tução em que os cursos poderiam ficar. Assim padre Rodolpho sugeriu que os resultados do vestibular, principalmente nos cursos deficitários, fossem analisados caso a caso e não somente aplicar-se o ponto de equilíbrio em primeira instância.

O voto do secretário-executivo foi acompanhado pelo voto da professora Anna Cintra e assim os resultados do vestibular deverão ser analisados individualmente, antes de se aplicar a regra geral do ponto de equilíbrio para os cursos em questão.

Ao final padre Rodolpho afirmou que o resultado mostra que Consun e Consad não são instâncias antagônicas, mas complementares, fato que, na sessão do Conselho Universitário foi bastante criticado.

APROPUC questiona Fundasp sobre o pagamento do abono da PLR

A diretoria da APROPUC enviou ofício à Fundação São Paulo, Fundasp, questionando o não pagamento do abono da Participação nos Lucros e Resultados que os docentes teriam direito. A Fundasp informou à APROPUC e à AFAPUC que realizou o depósito dos valores em juízo e que dentro de um prazo de 15 dias daria resposta às associações sobre as consultas que estariam sendo feitas junto à Receita Federal e à Justiça do Trabalho sobre se adviriam penalidades no caso de uma entidade filantrópica como a PUC-SP pagar um a contribuição sobre os seus lucros. Ao lado reproduzimos o ofício enviado pela APROPUC.

Ofício da APROPUC à Fundasp

Prezado Sr. Secretário,

Em nosso último encontro, em 14/10 p.p., S. Revma. estimou em duas semanas o prazo para que a Receita Federal respondesse à consulta realizada pela Fundação São Paulo quanto ao pagamento aos docentes de abono especial previsto na cláusula nº 14 da Convenção Coletiva de Trabalho Sinpro-Fepesp 2013-2014.

Gostaríamos de ter conhecimento da resposta à consulta realizada e da perspectiva de pagamento do referido abono, uma vez que, em seu site, o Sindicato dos Profes-

sores do Estado de São Paulo esclarece: "Instituições de ensino religiosas, filantrópicas ou sem fins lucrativos também estão obrigadas a pagar a PLR? Resposta: Escolas que acreditam ter restrições para distribuir resultados a seus professores podem optar entre pagar o abono especial ou aplicar aos salários o reajuste adicional de 2%". Este esclarecimento tem trazido muitos questionamentos do corpo docente da Universidade, no que diz respeito ao pagamento devido, que pode ser realizado em forma de abono especial.

A APROPUC-SP espe-

ra que a Fundasp faça este pagamento, que sabemos por intermédio de S. Revma. já estar provisionado, com a maior brevidade possível. O Sinpro aguarda a resposta da Fundasp à APROPUC para os devidos encaminhamentos.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossa disposição em dar continuidade às negociações para o pagamento do dissídio de 2005 (7,66%) e da dívida decorrente.

Atenciosamente,

João Batista Teixeira da Silva
Presidente da APROPUC-SP

Na APROPUC acontece lançamento de livro póstumo de Vito Letizia

Na noite de terça-feira, 28/10, aconteceu o debate e lançamento do livro "Diálogos com Vito Letizia - Contradições que movem a história do Brasil e do continente americano", lançado pela Editora Alameda, em homenagem ao professor fundador do Interludium. Organizado pelo Cemap-Interludium, o debate contou com Antonio Rago, professor do departamento de História da PUC-SP, José Arbx Jr, professor do departamento de Jornalis-

mo, e Isabel Loureiro (do departamento de Ciência Política da Unicamp). Os professores lembraram o importante histórico de Letizia, grande teórico trotskista, que iniciou a sua militância no PCB em 1961, depois militou no Partido Operário Revolucionário (Posadas), a partir de 1968 na Fração Bolchevique Trotskista do POR, participando da fundação em 1976 da Organização Socialista Internacionalista, tendo abandonado a militância organizada posterior-



Debate acontece no auditório lotado da APROPUC

mente e mais recentemente militou no PSOL, e era professor de Ciências Econômicas da PUC-SP. No debate, os participantes discorreram sobre as teori-

as de Trotski, Rosa Luxemburgo, Marx e outros teóricos estudados por Letizia, e sobre o livro lançado que retrata econômica e politicamente a América.

ANNA COELHO

GAUCHE NA VIDA

A esquerda e as eleições . E agora?

Nesta e na próxima semana, a seção Gauche na Vida resume posições de partidos, entidades e pessoas representativas da esquerda brasileira sobre o resultado das eleições presidenciais e suas consequências. Nesta edição registramos as posições do PSTU, PCO e POR sobre o tema.

PSTU

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Dilma Rousseff e o PT venceram as eleições com 51,64% dos votos contra 48,36 % de Aécio Neves (PSDB). A apuração do 2º turno fechou ainda com 25,73% de votos nulos, brancos e abstenções. A eleição que terminou no domingo, 26, foi a mais polarizada do país desde 1989. O que fez esta eleição tão diferente foi o enorme desejo de mudança que, desde junho de 2013, pulsa cada vez mais forte entre os trabalhadores, a juventude e os setores populares.

(...) Depois da apuração dos votos, os discursos de Aécio e Dilma repetiam as palavras "conciliação" para superar uma "divisão do país". O PSDB e a imprensa cobravam união, na prática, conclamando o PT a governar em acordo com eles. (...) A classe trabalhadora e a juventude querem a redução da jornada sem redução dos salários; aumento real e substantivo dos salários, educação, saúde e transporte público de qualidade, o fim do Fator Previdenciário, o fim da especulação imobiliária, de alugueis pela hora da morte e da falta de moradia digna, a reforma agrária; a desmilitarização das PM's e o fim da repressão e criminalização dos movimentos sociais.

(...) Erram e agridem o povo trabalhador aqueles que pregam

que a verdadeira divisão que existe no país é entre o Sudeste e os nordestinos. A verdadeira divisão existente no Brasil não é entre o Nordeste e Sudeste, ou entre São Paulo e o Nordeste, mas sim entre aqueles que trabalham, a maioria do povo, de um lado, e os banqueiros, empreiteiros e grandes empresários que dominam o Brasil de outro. (...) Muitos ainda votaram no PT, mesmo não o apoiando, para impedir uma vitória do PSDB, mas uma parcela grande e significativa ou votou Aécio ou votou nulo, ou simplesmente não votou. Basta ver que a votação de Dilma diminuiu muito em relação às últimas eleições. Em 2010, a então quase desconhecida sucessora de Lula venceu José Serra com 56% dos votos contra 43,9%, numa diferença que dava mais de 12 milhões de votos, quase quatro vezes mais que a vantagem que lhe garantiu a reeleição agora.

(...) O PSTU defendeu o voto nulo no 2º turno por entendermos que esse gesto político indica a nossa insatisfação e aponta para o fortalecimento da luta dos trabalhadores após as eleições, ganhasse um ou ganhasse outro.

Agora eleita Dilma, nós do PSTU, dizemos que somos oposição e refazemos o chamado para que organizemos a luta. Precisamos preparar as lutas contra o Governo Federal e dos estados (e também contra a patronal) pelas mudanças que queremos e para impedir qualquer retrocesso ou ataque às nossas condições de vida. São Paulo mesmo já começa a organizar a luta contra a falta d'água.

(...) Os pobres e os trabalhadores não são apenas os 51,64% que votaram em Dilma, são a enorme maioria do Brasil. O problema é que o PT está aliado com uma parte dos 1% verdadeiramente ricos e governa para eles. Não há como derrotar esse 1%

sem que os trabalhadores se organizem e lutem de maneira independente dos patrões (...).

Vamos à luta! As mudanças virão das ruas, das greves, da mobilização e organização da classe trabalhadora, da juventude e da maioria do povo pobre deste país.

PCO

Partido da Causa Operária

Os bancos e especuladores internacionais já sabem o que querem para depois das eleições. Cortes de gastos públicos, rebaixamento salarial, "tarifaço", privatizações e recessão: eis a receita do imperialismo para a economia brasileira no próximo período. A saída escolhida pelo PT é negociar com seus algozes. Banqueiros e empresários estrangeiros, e seus representantes no Brasil, já ensaiam um "impeachment" para garantir que o plano seja colocado em prática na íntegra e rapidamente.

(...) O agravamento da crise mundial desde 2008 requer uma nova ofensiva em regra contra as massas, ou seja, um aprofundamento da política de ataque às condições de vida da maioria da população, uma suspensão do período de "trégua" com as massas que estes governos, como os de Lula e Dilma, representaram.

É preciso uma mobilização contra o golpe que começou agora, com a fraude eleitoral que impôs Alckmin ao governo de São Paulo no 1º turno, um resultado impossível diante da crise política no Estado e que fez Aécio Neves crescer 25 pontos percentuais em 24 horas nas urnas em todo o país. A classe operária e a população pobre e trabalhadora devem se mobilizar por seus próprios meios, com manifestações, mobilizações, greves e enfrentar o imperialismo e seus aliados nacionais.

Neste momento, os banqueiros e grandes empresários estrangeiros têm uma palavra-de-ordem clara: "ajuste econômico"! Isso significa que:

Contra o corte de gastos, o PCO defende que todos os recursos públicos destinados às necessidades do povo sejam controlados pela própria população.

Nenhum rebaixamento! Nenhum direito a menos! Por um salário mínimo vital, necessário para satisfazer as necessidades de um trabalhador e sua família, de, no mínimo, R\$3.500,00.

Nenhum aumento de tarifas! Que as empresas privadas que tomaram de assalto os serviços públicos como água e energia elétrica devolvam o que tomaram do povo brasileiro com o cancelamento das privatizações e a reestatização destas empresas.

Nenhuma privatização. Reversão de toda a entrega do patrimônio público brasileiro. Que as empresas estatais sejam controladas por seus próprios trabalhadores em nome dos trabalhadores e de todo o povo brasileiro.

Que os capitalistas paguem pela crise que eles mesmos criaram! Se são incapazes de administrar suas próprias empresas e as estão levando à falência, então que deem lugar para os trabalhadores que as fazem funcionar, as administrem em benefício de toda a população.

POR

Partido Operário Revolucionário

A maioria explorada foi arastada por trás das duas candidaturas burguesas. A polarização resultou na estreita vitória de Dilma Rousseff. As camadas mais pobres e oprimidas permaneceram fiéis à candidata do PT.

continua na próxima página

continuação da página anterior

A vasta classe média, em sua grande maioria, se subordinou à estratégia política do PSDB. É sintomático o fato de Dilma arregimentar votos nos estados economicamente mais atrasados - Nordeste e Norte. No entanto, não seria possível derrotar Aécio Neves sem que contasse com expressiva votação das camadas empobrecidas do Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

(...) A mistura da política burguesa com a suposta política popular já não tem como se sustentar diante da retração econômica e dos desequilíbrios típicos do país semicolonial (gigantesca dívida pública, dependência do capital financeiro internacional, etc). As posições governamentais do PT forçosamente terão de convergir com as do PSDB, ainda que guardem algumas diferenças. As massas não puderam compreender que a polarização entre Dilma e Aécio não correspondia, de fato, ao que o PT denominou de "dois projetos de país em disputa".

Há outro aspecto de grande importância que merece entendimento. A vitória de Dilma se deveu ao Norte e o Nordeste. A explicação que salta à vista é a de que o Bolsa Família foi o responsável pelo tal feito. Somente em parte essa constatação é correta. Não se pode ignorar que milhões de famílias foram amarradas ao carro do PT pelo assistencialismo. Nos centros urbanos, o ProUni, FIES, Pronatec, etc. igualmente amarraram milhões de jovens. O assistencialismo é um instrumento que os governos burgueses podem se utilizar para evitar as rebeliões e manter a dominação de classe. O PT pôde utilizar muito bem esse recurso. Nada indica que continuará com a sua expansão. Há poderosos setores burgueses, em particular os banqueiros, que vêm trabalhando contra. Também nesse caso a evolução da crise ditará o destino do assistencialismo.

(...) Não de pode, enfim, ocultar que se tratou de uma disputa interburguesa entre Dilma

e Aécio. A propaganda de que se tratava de dois "projetos" serviu não apenas de propaganda eleitoral petista como também de ocultação do caráter de classe da disputa pelo poder.

(...) O proletariado se encontra submetido ao braço sindical do PT (CUT) e do recém-criado "Solidariedade" (Força Sindical), que estará na oposição com o PSDB. A maioria das Centrais segue esse alinhamento determinado pela divisão interburguesa. A classe operária organizativamente fragmentada e politicamente controlada pelas variantes da política burguesa não terá como, no próximo período, se levantar como uma força independente, com sua estratégia própria de poder. A vanguarda revolucionária tem o dever de atuar em seu seio com o programa da revolução proletária. É por essa via que se potencializará a construção do partido marxista-leninista-trotskista.

Desde já, é necessário defender junto aos explorados a tarefa histórica de derrubar o poder da burguesia, instaurar a ditadura de classe do proletariado por meio do governo operário e camponês, estabelecer a unidade da maioria nacional oprimida em torno da classe operária e desenvolver o programa da expropriação da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social, socialista. (...) É dever das correntes de esquerda reconhecer o erro fatal de trilhar o caminho eleitoral determinado pelo Estado burguês.

(...) O Partido Operário Revolucionário se coloca, desde já, pela convocação de uma plenária das correntes de esquerda para constituir uma frente de combate e que tenha por norte a organização de uma oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma e a todos os partidos da burguesia.

Trabalhadores e juventude, o POR defendeu o voto nulo no 1º e 2º turnos, chamando os explorados a construir o seu partido. Temos a certeza de que cumprimos nosso dever revolucionário de assegurar a independência de classe do proletariado e dos demais oprimidos.



AMANDA MARQUES



Acima professores debatem a resistência artística à ditadura; abaixo o momento musical do evento.

Evento lança nova edição de Cultura Crítica

A edição número 16 da revista Cultura Crítica foi lançada na quinta-feira, 30/10, com um debate entre os articulistas da publicação e muita música. O presidente da APRO-PUC João Batista Teixeira, discorreu sobre a importância da publicação que dá continuidade à discussão iniciada pela Revista PUCviva, abordando agora as diversas facetas da resistência artística à ditadura militar.

A professora Rosangela Patriota, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, analisou a importância do teatro na construção da resistência democrática brasileira, enfocando sua análise na obra do diretor e ator Fernando Peixoto, artista pouco citado, mas de enorme importância para o teatro brasileiro durante os anos de repressão militar.

Já Carina Gotardelo Ferro da Costa, formada em Artes Cênicas pela

Universidade São Judas Tadeu, enfocou a obra de Chico Buarque de Holanda, dando ênfase para a aparente dicotomia entre o Chico lírico e o compositor contestador.

Valdir Mengardo, professor de Jornalismo da PUC-SP, traçou um painel da música brasileira em sua trajetória durante o período da ditadura militar, apontando para o legado que as diversas manifestações de resistência deixaram para os anos posteriores.

Na parte musical o cantor e compositor Mauro Amorim e o baterista Luiz Carlos Quagliotti, o Bili, relembrou algumas canções do período da ditadura militar, mostrando as diversas formas com que os artistas driblavam a feroz censura que sufocava a canção popular.

A revista Cultura Crítica é uma publicação da APROPUC e está sendo distribuída entre os associados da entidade.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Debate discute repressão do Estado

O Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão realizou na última quinta-feira, 30/10, o debate "A repressão diante dos novos governos", na Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo São Francisco. O ato contou com a presença de diversos sindicatos e organizações de luta contra a repressão.

No evento, participaram os Advogados Ativistas, Comitê Contra a População Pobre e Negra, Fórum dos processados da Unifesp e da USP. A diretoria da APROPUC, divulgou uma nota de apoio, que reproduzimos ao lado.

Repudiamos a barbárie e a violência do Estado

A diretoria da Associação dos Professores da PUC-SP manifesta seu mais veemente repúdio a todas as formas de discriminação, preconceito e de repressão policial, política e social, notadamente as que estão sendo praticadas sob a responsabilidade das autoridades públicas, pelo Estado e pelas diversas instâncias institucionais. A escalada da violência oficial tem atingido principalmente as populações das periferias urbanas, os pobres, os negros e a maioria da juventude brasileira - seja pela condição econômica e social, seja pela cor da pele e seja pela orientação sexual.

A escalada dessa violência

afronta as liberdades e os direitos da cidadania, atenta contra as garantias individuais e sociais estabelecidas na própria Constituição de 1988, e impede o avanço e a construção de uma sociedade justa e igualitária, livre e democrática.

Na condição de professores e educadores, nós, da APROPUC, não podemos compactuar com governos que se utilizam dos aparatos militares e bélicos para intimidar, tolher, aterrorizar, prender, torturar e assassinar os jovens, os trabalhadores e o povo.

Repudiamos a violência do Estado, sempre!

Professores da UFF perseguidos por reitoria

A reitoria da Universidade Federal Fluminense (UFF) nomeou uma comissão de sindicância para investigar um evento performático de encerramento do II Seminário sobre Corpo e Resistência, que aconteceu em maio deste ano e foi organizado por um grupo de pesquisa vinculado ao Departamento de Artes e Estudos Culturais. A apresentação causou polêmicas e sofreu ataques dentro e fora da universidade e a reitoria então, através da comissão de sindicância, abrirá processos administrativos a fim de sancionar professores e alunos envolvidos.

Em nota, que conta com mais de 240 assinaturas, professores da UFF se posicionaram contra essa perseguição. "Consideramos a Universidade um espaço diverso e democrático, em que deve prevalecer a liberdade de expressão e a pluralidade de ideias; jamais a censura. Por princípio, somos a favor da liberdade de expressão que não atente contra os direitos garantidos e da autonomia docente".

PM invade ocupação do MTST e prende moradores

Na quarta-feira, 29/10, a Polícia Militar prendeu sete moradores da Ocupação Carlos Marighella em Carapicuíba (SP) e levou-os para o 1º DP da cidade. A PM entrou na ocupação de forma truculenta portando bombas e escudos e ameaçando as famílias.

O Movimento dos

Trabalhadores Sem Teto (MTST) divulgou uma nota em sua página do Facebook.

Segue um trecho: "Solicitamos a todos os companheiros aliados do MTST, defensores da luta pela moradia e dos direitos humanos que nos ajudem divulgando essa nota à imprensa na-

cional, comparecendo na ocupação ou indicando ajuda jurídica.

De nossa parte não esmoreceremos por ações covardes e ilegais da Polícia Militar ou mesmo de agentes tucanos do judiciário que só são capazes de observarem a lei do ponto de vista dos ricos. MTST, a luta é pra valer!"

Estado social e lucro em discussão na PUC-SP

Na quarta-feira, 5/11, às 19h, no auditório 100 da PUC-SP, campus Monte Alegre, acontece o debate "Estado social: última fronteira do lucro", organizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista da Pós Gradua-

ção em Serviço Social da PUC-SP (NEAM), que é coordenado pela professora Bia Abramides.

Renato Guedes, professor doutor em Física e pesquisador da Universidade de Lisboa, participará do evento como palestrante.

Ato pela água mobiliza movimentos sociais em SP

No último sábado, 1/11, à tarde, ocorreu um ato em defesa da água, no Largo da Batata, em São Paulo. A CSP-Conlutas, o Sindicato dos Metroviários de São Paulo, o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), os estudantes da Assembleia Na-

cional de Estudantes Livre (Anel), o coletivo Juntos e o DCE da USP, juntamente com diversas entidades sindicais, estudantis e populares, organizaram a mobilização. O objetivo do ato é informar e estabelecer um programa de reivindicações a serem exigidas ao governo.

ROLA NA RAMPA

Escritório Modelo arrecada livros de Direito

Durante a última semana, o Escritório Modelo da PUC-SP arrecadou dezenas de livros de Direito que serão usados tanto para aperfeiçoar o aprendizado dos estagiários dali quanto para a melhora dos serviços prestados à comunidade. Quem tiver livros sobre o tema pode doar diretamente no Escritório Modelo, na Rua João Ramalho, 295. O abai-

xo-assinado de apoio à greve continua rolando pela universidade. Já são mais de 1200 assinaturas físicas e 240 na petição online, que pode ser acessada no link <http://goo.gl/0e4BK0>. Para mais sobre a greve dos estagiários e técnicos do escritório, além de informações para doação, acesse a página do EM no Facebook em <http://goo.gl/G5Q34n>

Semana de Serviço Social

O curso de Serviço Social realiza sua semana anual entre os dias 4 e 7/11 na PUC-SP. No primeiro dia, às 19h30, na sala 100, será debatido o tema "Trabalho profissional, conquistas e desafios do serviço social na área da saúde mental", com Aline de Oliveira, coordenadora de Saúde Mental do Município de Santana do Parnaíba, Valquíria de Conto, supervisora do Serviço Social da Saúde do Município e Coordenadora de Estratégias de Saúde do Município de Santana do Parnaíba e Gabrielle Borge, residente do Programa de Saúde Mental da USP. No dia 5, às 16h, na sala 66A, acontece o Encontro entre supervisores de campo e supervisores acadêmicos; às 19h30, na sala 100, o debate é sobre a Arte como mediação

do trabalho profissional do serviço social, com Áurea Fuziwara, doutora em Serviço Social pela PUC-SP, Juliana Abramides, doutoranda em Serviço Social pela PUC-SP e Daniel Pericles Arruda, doutorando em Serviço Social pela PUC-SP. No dia 6/11, a partir das 19h30 na sala 100, o debate é sobre Trabalho profissional, conquistas e desafios do serviço social na área sócio-jurídica, com Eliabete Borgianni, presidente da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de SP, Cíntia Silva, assistente social do Ministério Público de São Paulo, e Melina Miranda, assistente social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Para finalizar, no dia 7/11, acontece um sarau no CASS, Centro Acadêmico de Serviço Social.

Letras organiza semana do curso na PUC-SP

Entre os dias 3 e 6/11 acontece a Semana Acadêmica de Letras, organizada pelo curso para promover debates sobre atuação profissional dos graduandos. Na segunda, haverá o primeiro debate na sede da APROPUC (Rua Bartira, 407): Encontro de Literatura: a voz discente, a partir das 9h, e a noite o tema

será "Latim: curiosidades sobre a língua e a cultura da Roma Antiga", com o professor Cassiano Butti, no auditório 100 - este tema se repetirá pela manhã do dia seguinte às 10h15 na APROPUC. Outro destaque da semana será o 1º Encontro de Pesquisa Discente em Tradução, às 9h30 no CEAL.

SINPRO-SP elege nova gestão

Durante os dias 20, 21 e 22/10 o Sindicato dos Professores de São Paulo elegeu sua nova diretoria, conselhos fiscais e representantes federativas. Com 12723 votos, a Chapa 1 foi eleita para assumir a direção do sindicato nos próximos quatro anos. Pela primeira vez a eleição foi realizada através de tablets, o que causou certa estranheza a alguns professores, que temeram pelo sigilo de sua

opção - 134 urnas percorreram 1.400 escolas durante os três dias, além da urna instalada nas dependências do Sindicato, sem problemas detectados. Os professores Luiz Carlos de Campos, Neusa Bastos e Madalena Peixoto, todos da PUC-SP, foram eleitos respectivamente para os cargos Conselho Fiscal (suplente), Conselho Fiscal (efetivo) e Representação Federativa (efetivo).

Debate sobre Marcuse acontece na APROPUC

Entre os dias 5 e 7/11, acontece na APROPUC o debate 50 anos de "One-Dimensional Man", de Marcuse, organizado pelo Grupo de Pesquisa sobre Filosofia Política Contemporânea da PUC-SP. No dia 5/11, entre 19h e 22h30, acontecem os debates "A Sociedade Administrada, segundo Marcuse", com Anderson Alves Esteves, doutorando pela PUC-SP, e "Marcuse e o horizonte de negação", com Antonio José Romera Valverde, da PUC-SP. No dia 6, os eventos são projeção do vídeo "Herbert's Hippo-

tamus. A Story about Revolution in Paradise", entre 17h e 22h30, "Marcuse, segundo Douglas Kellner", a partir de 18h15 com Vicente Cláudio Jannarelli, doutorando pela PUC-SP, e "One-dimensional Man - 50 anos", com Wolfgang Leo Maar, da UFSCar. Para fechar a semana, Marília Mello Pisani da UFABC discute "Por que ler Herbert Marcuse hoje? Sobre a atualidade e a obsolescência da crítica da sociedade industrial". Todos os debates ocorrem na sede da APROPUC, na Rua Bartira, 407.

Conferência sobre Memória acontece na PUC-SP

Entre os dias 2 e 5/11, acontece no TUCA o congresso internacional "Memória - Alicerce da Justiça de Transição e dos Direitos Humanos". Debatendo Memória e Justiça de Transição no Brasil e no Hemisfé-

rio Sul, o congresso contará com estudiosos e representantes de Comissões de Anistia do mundo todo. O evento é organizado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça com apoio da Comissão da Verdade da PUC-SP.

Avaliação docente do segundo semestre já começou

Até o dia 9/11, estudantes e professores de graduação e pós-graduação stricto sensu poderão participar da avaliação da docência. Nesse semestre, além de avaliar o desempenho didático pedagógico e realizar a autoavaliação, estu-

dantes e professores poderão também contribuir com sugestões para o aperfeiçoamento do processo avaliativo. Os questionários da avaliação estarão disponíveis nesse período no Portal Acadêmico: <http://portalacademico.pucsp.br>.